

A MAGIA NA DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: INTERLÚDIOS ENTRE ETNOLOGIA E TEORIA CRÍTICA

José Ygor de Almeida Barros¹

RESUMO: Este trabalho consiste em um recorte teórico que identifica a importância da noção de magia dentro da etnologia e, logo em seguida, promove uma breve retomada da articulação com a teoria crítica afim de recompor a importância originária da crítica às formas mitológicas da ciência como técnica instrumental.

PALAVRAS-CHAVE: magia, esclarecimento, etnologia, teoria crítica.

ABSTRACT: This work consists of a theoretical section that identifies the importance of the notion of magic within ethnology and, shortly thereafter, promotes a brief resumption of articulation with critical theory in order to restore the original importance of criticism to the mythological forms of science as an instrumental technique.

KEY-WORDS: magic, enlightenment, ethnology, critical theory.

¹ Graduado pela UECE (Universidade Estadual do Ceará). E-mail para contato: ygora.barros@gmail.com

Introdução

É sabido que a teoria crítica, buscou articular diversos saberes na pretensão de erigir uma crítica que fosse suficiente ao seu tempo. Ainda assim, costumeiramente a importância do seu desenvolvimento é dada quase que exclusivamente a filosofia, ao marxismo e à psicanálise, de tal maneira que acabam-se perdendo rastros teóricos de importância impar para a sua compreensão de maneira mais completa da crítica. A articulação com a etnologia – ou a ofuscação desta – é um claro exemplo disso.

Afim de escapar desse esgotamento teórico buscaremos neste texto mostrar o diálogo entre a etnologia e a teoria crítica, buscando ressaltar a importância da primeira na relação com a segunda. Isto é, mostrar uma dada importância da etnologia na relação com a teoria crítica, promovida dentro das articulações e aproveitamentos, se mostrando de grande importância, inclusive no modelo de pensamento.

Para tal, usaremos os textos de Marcel Mauss (1872-1950) e Henri Hubert (1872-1927), a saber, "*Esboços De Uma Teoria Geral Da Magia*" (1903) para nos referirmos ao núcleo teórico da etnologia, compreendendo que é dos seus textos fundamentais. E, A "*Dialética do Esclarecimento*" (1947), escrita em uma colaboração dos filósofos Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), um nervo central para a compreensão da teoria crítica.

Uma breve retomada da noção de magia segundo a etnologia

A importância do empreendimento de Mauss e Hubert está, sobretudo, no fato de que nos ritos mágicos estão expressos modelos do pensamento humano. É exatamente nessa medida que a pesquisa dos autores ganha importância singular para a noção de *esclarecimento*, pois, é uma tentativa de situar o pensamento humano em determinado modelo. Os autores definem a magia, a princípio, como determinadas práticas que compreendem: agente, atos e representações. O agente é aquele praticante da magia, os atos são ritos praticados pelos agentes – os mágicos –, já as representações são as ideias e crenças que compreendem o todo da magia.

Nas palavras dos autores:

Chamamos *mágico* o indivíduo que efetua atos mágicos, mesmo quando não é um profissional; chamamos *representações mágicas* as ideias e as crenças que correspondem aos atos mágicos; quanto aos atos, em relação aos quais definimos os outros elementos da magia, chamamo-los *ritos mágicos*. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 55)

Ainda segundo os autores, “os ritos mágicos e a magia como um todo, são, em primeiro lugar, fatos de tradição” (ibidem), ou seja, a magia está intimamente ligada aos atos que uma determinada civilização produziu como forma de tradição passada por gerações. “Atos em cuja eficácia todo um grupo não crê não são mágicos. A forma dos ritos é eminentemente transmissível e é sancionada pela opinião” (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 55-56). Segundo os autores, ainda é possível excluir determinados atos, os “cuja eficácia todo um grupo não crê”. Outra distinção buscada no texto é entre os ritos mágicos e as artes e ciência. Distinção essa que é necessária, vide, o caráter tradicional encontrado nas três práticas. O critério para a distinção é a tangente metódica da magia, ou seja, seu método de reprodução não é mecânico do ponto de vista reprodutório laboratorial ou, simplesmente, técnico. Suas técnicas ritualísticas são sempre de caráter simbólico e remetem a um objetivo que está para aquém do método. No rito mágico, nas palavras dos autores:

A confusão é tanto mais fácil quanto o caráter tradicional da magia reaparece nas artes e na indústria. A série de gestos do artesão é tão uniformemente regulada quanto a série dos gestos mágicos. No entanto, as artes e a magia foram em toda parte distinguidas, porque se percebia entre elas uma inapreensível diferença de método. Nas técnicas, o efeito é concebido como produzido mecanicamente. [...] Não se concebe que o efeito sensível dos gestos seja o verdadeiro efeito. Este ultrapassa aquele e, normalmente, não é da mesma ordem, como quando, por exemplo, se faz chover agitando a água de uma fonte com bastão. Eis aí o que é próprio dos ritos e que podemos chamar *atos tradicionais de uma eficácia sui generis*. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 57)

Mauss e Hubert retomam a leitura de Frazer² para pensar a distinção entre ritos mágicos e religiosos. O antropólogo escocês estabelece dois critérios. O primeiro, de que o rito mágico é um rito simpático, ou seja, de que este ocorre por associação simpática. Todavia esta definição ainda não é suficiente, visto que o rito mágico pode ser não simpático, e também, no rito religioso o elemento simpático também pode estar presente: “[...] rito mágico é um rito simpático. [...] Não apenas há ritos mágicos que não são simpáticos, como também a simpatia não é particular da magia, pois há atos simpáticos na religião”. (ibidem) O segundo critério proposto é o de que o rito mágico é composto por “técnicas”³ de controle, ao passo que o rito religioso é harmonizador:

O segundo critério, proposto por Frazer, é que o rito mágico age geralmente por si mesmo, e coage, enquanto o rito religioso adora e concilia. [...] Mas essa distinção ainda está longe de ser suficiente, pois com frequência também o rito religioso coage, e o deus não podia de modo algum subtrair, na maior parte das religiões antigas, a um rito realizado sem vício de forma. Além disso, não é exato, e veremos isso claramente, que todos os ritos mágicos

2 James George Frazer (1854-1941) Importante antropólogo escocês com trabalhos contundentes nos estudos sobre a mitologia e a religião comparada.

3 O termo aqui não compreende ao que correntemente é utilizado, ou seja, o de método reprodutível empírico-científico. Não obstante, representa um determinado modelo do desenvolvimento da técnica, ainda não como a forma reificada, como comumente se apresenta no pensamento dos autores.

tenham tido uma ação direta, uma vez que há espíritos na magia, e mesmo os deuses aí participam. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 58)

Vemos, portanto, que os critérios propostos por Frazer não foram suficientes. Mauss e Hubert por sua vez, buscam estabelecer distinções fundamentais entre os hábitos sociais das duas práticas. A primeira distinção que eles estabelecem é entre os agentes: “Em primeiro lugar, os ritos mágicos e os ritos religiosos têm com frequência agentes diferentes [...]. Quando, excepcionalmente o sacerdote faz magia, sua atitude não é a atitude normal de sua função [...]”. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 59-60) O sacerdote, portanto, quando faz magia não está seguindo o rito religioso como de costume. Em seguida, estabelecem uma distinção nos locais e formas de execução dos ritos. Para ser dotado de caráter mágico o rito tem, obrigatoriamente, de ser envolto de mistério, neste sentido, o local é fundamental, pois este não pode ser de caráter público ou mesmo de grande tráfego, como os locais urbanos. Cito os autores:

Primeiro, a escolha dos lugares onde deve ocorrer a cerimônia mágica. Esta não costuma ocorrer no templo ou no altar doméstico, mas geralmente nos bosques, longe das habitações, na noite ou na sombra, ou nos recônditos da casa, isto é, num lugar isolado. Enquanto o rito religioso busca em geral a luz do dia e o público, o rito mágico os evita. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 60)

Temos assim estabelecida a definição inicial da magia de forma mais clara, agora em um critério ainda não encontrado, através dos ritos privados, são as práticas dos ritos mágicos, nas palavras dos autores: “Chamamos assim *todo rito que não faz parte de culto organizado*, rito privado, secreto, misterioso e que tende no limite ao rito proibido”. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 61); aliando este último critério aos outros encontrados, temos assim uma definição etnológica da magia, nas palavras de Mauss e Hubert:

Dessa definição, levando em conta a que demos dos outros elementos da magia, resulta uma primeira determinação de sua noção. Percebe-se que não definimos a magia pela forma de seus ritos, mas pelas condições nas quais eles se reproduzem e que marcam o lugar que ocupam no conjunto dos hábitos sociais. (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 61)

É, portanto, no conjunto dos hábitos das práticas sociais que Mauss e Hubert definem a magia. Imperando nesse sentido, em linhas gerais, a noção mítica de magia esconde uma forte evidência de que, na realidade, das práticas sociais de um determinado modelo de sociedade de uma determinada época, que pode ou não, se reproduzir utilizando-se de novas paginações ritualísticas.

A magia no esclarecimento

Pensar a magia como prática social, é esta definição que interessa a dialética do esclarecimento. Da síntese corrente entre as práticas sociais e a abstração racional destas práticas, onde se encontra o *principium* do esclarecimento: “A distância do sujeito com relação ao objeto, que é pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado.” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 24) É com o desencantamento do mundo e a saída do mito, que, segundo o esclarecimento a dominação da natureza é possível, algo que está imbricado nas práticas mágicas, porém, ainda não obedece ao critério dominador do esclarecimento.

No mundo luminoso da religião grega perdura a obscura indivisão do princípio religioso venerado sob o nome de “mana” nos mais antigos estágios que se conhecem da humanidade. Primário indiferenciado, ele é tudo o que é desconhecido, estranho: aquilo que transcende o âmbito da experiência, aquilo que nas coisas é mais do que sua realidade já conhecida. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 25)

Ao aplicarem sua leitura sobre a magia no mundo grego, nossos autores concluem que no mundo grego o mana ainda estava presente, compreendendo que a noção de mana remete a elementos na magia que são desconhecidos, que são também naturais em seu sentido mais imanente. “O *mana* não é simplesmente uma força, um ser, é também uma ação uma qualidade e um estado.” (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 142) O mana é esse elemento desconhecido na medida em que é indiscernível; é portanto, um elemento que precisa ser purificado de acordo com as leis do esclarecimento, isto é, precisa ser dominado, conhecido. No mundo grego, a transição do mito para a razão; o elemento indiscernível persiste como constituinte social, não obstante, esse seria eliminado de vez pelo esclarecimento.

Nossos autores pensam, todavia, que não bastava identificar que a mana contém elementos do – por definição – desconhecido mundo mágico. Vão mais a fundo, ao suporem que ele foi usado de forma similatória para a dominação da natureza; ensejam ainda, que foi dela, ou para ser mais preciso foi da superação do aspecto desconhecido, que fora denominado mana⁴. Afirmar a superação deste aspecto significar dizer que foi possível superar a forma mágico-mítica de controle

4 O *mana* é definido por Mauss exatamente como indefinido, algo mágico-natural que “é ao mesmo tempo um substantivo, um adjetivo, um verbo.” (MAUSS; HUBERT, 2006, p. 142), algo que, portanto, está totalmente imbricado ao indefinido, i.e., ainda não pode ser chamado de esclarecimento –no seu sentido mais moderno – apesar de ser uma prática usada para dominar a natureza ainda contém muito do elemento desconhecido, ainda está através do desconhecido ligada a natureza, e, portanto não a domina em sua totalidade.

da natureza. Não significa dizer, por sua vez, que a natureza fora, por completo dominada. Por isso o esclarecimento não cessa, neste momento.

Com o passar do tempo, a necessidade de autoconservação obrigou aos mais tradicionais a defasarem os ritos. Quanto menos expressões naturais realizassem, tanto mais abstrata e, posteriormente, física seria a forma de dominação da natureza, de tal maneira que pudessem finalmente organizar o mundo mágico em mundo humano, ou seja, um mundo desconhecido e desordenado em um mundo conhecido e ordenado. Dizem os autores:

Onde quer que a etnologia o encontre, o sentimento de horror de que se origina o mana já tinha recebido a sansão pelo menos dos mais velhos da tribo. O mana não idêntico e difuso é tornado consistente pelos homens e materializado à força. Logo feiticeiros povoam todo lugar de emanações e correlacionam a multiplicidade dos ritos sagrados a domínios sagrados. Eles expandem o mundo dos espíritos e suas particularidades e, com ele, seu saber corporativo e seu poder. A essência sagrada transfere-se para os feiticeiros que lidam com ela. Nas primeiras fases do nomadismo, os membros da tribo têm ainda uma parte autônoma nas ações destinadas a influenciar a natureza. Os homens rastreiam a caça, as mulheres cuidam do trabalho que pode ser feito sem um comando rígido. [...] Nela o mundo já está dividido numa esfera de poder e numa esfera profana. Nela o curso da natureza enquanto eflúvio do mana já está erigido em norma que exige submissão. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 29-30)

As palavras de ordem do momento são: “saber corporativo” e “poder”. A compreensão da qual partem Adorno e Horkheimer dessas palavras – mesmo em uma era que não existia o capitalismo –, é na exata medida dizer que foi a partir desse germe, do desencantamento do mundo mágico, que foi possível a saída da mais pura forma do mito – sua forma mais confusa, sem começo, meio ou fim: a magia, para a mais organizada e reificada forma do esclarecimento: a razão técnica. “Não é apenas o esclarecimento do século dezoito que é irresistível, como atestou Hegel, mas (e ninguém melhor do que ele sabia disso) o movimento do próprio pensamento.” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 29) O esclarecimento é totalitário e saber é poder, algo que já estava presente na forma em que se organizavam as primeiras tribos.

Dizem os autores:

Mas, se o selvagem nômade, apesar de toda submissão, ainda participava da magia que a limitava e disfarçava no animal caçado para surpreendê-lo, em períodos posteriores o comércio com os espíritos e a submissão foram divididos pelas diferentes classes da humanidade: o poder está de um lado, a obediência do outro. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 30)

Considerações finais

Por fim, podemos concluir que o interesse do esclarecimento no desencantamento do mundo é, ao fim e ao cabo, o controle da natureza externa e interna. Em outras palavras, se o eu pode dominar a natureza, pode dominar o homem, pode ter mais poder. Em última análise, como nos enfatizou Bacon⁵, saber é poder. A magia, que se apresenta como essa fissão, remonta a um modelo em que as formas de dominação da natureza eram formas de imitação do mundo natural, imitação essa que foi substituída por formas de dominação tanto mais acuradas, quando o pensamento projetivo pode ser assimilado, quando o nome já dividia o mundo.

Quanto mais posso dar nomes ao mundo, quanto mais conheço o homem, mais o domino – assim pensa o esclarecimento. No entanto, Adorno e Horkheimer nos deixam o alerta “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder.” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 21) O que podemos traduzir da seguinte maneira: quanto mais o homem domina a natureza mais se perde nela, quanto mais o homem domina a natureza do homem, mais perdido ele se torna. É a partir da magia, que segundo os autores esse modelo do esclarecimento pôde deixar o mundo indiscernível do mana – da natureza indiscernível – para a luminosa era do esclarecimento.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Edição: 1. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

DUARTE, Rodrigo. “NOTAS SOBRE MODERNIDADE E SUJEITO NA DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO.” In: DUARTE, Rodrigo. **Adornos**: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Edição: 1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. Edição: 1. São Paulo: Editora 34, 2006.

LINDOSO, Dirceu. **Lições de etnologia geral: introdução ao estudo de seus princípios**. Edição: 1. Maceió: EDUFAL, 2008.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. “Esboço de Uma Teoria Geral da Magia.” In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Edição: 1. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

⁵ *Novum Organon*.